

ATA

3ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho

24 de novembro de 2008

Local: Fundacentro, São Paulo - SP

Hora: 10hs às 17hs

Participantes:

Governo

- Carlos Augusto Vaz de Souza - MS
- Domingos Lino - MPS
- Jófilo Moreira Lima Júnior - MTE
- Remígio Todeschini - MPS
- Viviane de Jesus Forte - MTE

Empregadores

- Clovis Veloso de Queiroz Neto - CNI
- Damião Cordeiro - CNF
- Fernando Coelho Neto - CNI
- Geraldo A. B. Viana - CNT
- Luciana Cardoso de Carvalho - CNA
- Luís Sérgio Soares Mamari - CNC

- Magnus Ribas Apostólico - CNF

Trabalhadores

- Armando Henrique - FSindical
- Cleonice Caetano Souza - UGT
- Dary Beck Filho - CUT
- João Donizzeti Scaboli - FSindical
- Jorge Alves de Almeida Venâncio - CGTB
- José Alves Couto Filho (Toré) - NCST
- José Augusto da Silva Filho - UGT
- Siderlei de Oliveira - CUT

Convidado

- Francisca Bragion – SEST/SENAT

ATA

1 Remigio Todeschini, do MPS, iniciou a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança
2 no Trabalho – CT-SST e passou a palavra ao presidente da Fundacentro, Jurandir Bóia Rocha, que
3 agradeceu o fato da Comissão ter escolhido a Fundação para a realização da reunião e enfatizou a
4 importância da Comissão e a relevância do tema em discussão no sentido de combater o elevado número
5 de acidentes e doenças decorrentes do trabalho. Remigio agradeceu as palavras do presidente e o apoio
6 da Fundacentro para a realização da reunião e informou sobre as atividades desenvolvidas durante a XXIV
7 Assembléia-Geral da Conferência Interamericana de Seguridade Social – CISS, realizada de 10 a 14 de
8 novembro, em Salvador/BA, enfatizando a importância dada ao fortalecimento da cultura da prevenção e a
9 atuação da Comissão Tripartite. Na sequência, apresentou a pauta do dia composta pela aprovação da ata
10 e discussão do Plano de Trabalho para os setores da indústria da construção e do transporte rodoviário de
11 cargas. Os presentes solicitaram que fosse dado um prazo de 10 dias para análise da ata da reunião
12 anterior e encaminhá-la para aprovação na próxima reunião. A coordenação apresentou a proposta de
13 plano elaborada pela bancada do Governo: 1 - fortalecimento do diálogo social; 2 - regulamentação; 3 -
14 formação em SST; 4 - vigilância e fiscalização; 5 - campanhas; 6 - estudos e pesquisas; e 7 - crédito
15 especial. Após a apresentação detalhada da proposta pelo coordenador da CT-SST, a bancada dos
16 empregadores solicitou um recesso para que as representações pudessem analisar as propostas
17 apresentadas, com a concordância de todos. Após o almoço, iniciaram-se as discussões e as
18 coordenações de empregadores e de trabalhadores fizeram diversas considerações sobre o plano, com
19 modificações e novas inclusões enfatizando algumas questões que deveriam constar em ata. Quanto às
20 referências do setor de transporte para avançar decididamente na redução de acidentes graves e fatais
21 haverá a necessidade da discussão da regulamentação da profissão e de jornada, bem como da possível

renovação de frota. Quanto ao item dos créditos especiais há necessidade de inclusão de aspectos relacionados às isenções fiscais, compra de máquinas obsoletas por parte do governo como forma de retirá-las da produção evitando que provoquem mais acidentes. Tais discussões serão aprofundadas nos Grupos de Trabalho Setoriais da indústria da construção e do transporte rodoviário de cargas, que serão criados por esta Comissão, cujas coordenações de bancadas tem prazo de dez dias para indicação de 04 membros da Comissão, sendo 02 efetivos e 02 suplentes para composição de cada Grupo. O Plano de Ação consensuado foi o seguinte: **PLANO DE AÇÃO: Indústria da Construção e Transporte Rodoviário de Cargas. Introdução:** O objetivo deste plano de ação é fortalecer o diálogo social, aperfeiçoar a regulamentação em vigor nos setores econômicos escolhidos e reforçar a formação específica em SST. Esta ação prioritária de combate às mortes e invalidez permanente deverá ater-se também a um trabalho de fiscalização e vigilância sanitária por parte do governo, bem como o desenvolvimento de campanhas específicas, estudos e pesquisas e criação de linhas de crédito especial. A atenção desta ação deverá se estender aos setores econômicos em sua totalidade, com foco especial nas micro e pequenas empresas. **1 - Fortalecimento do Diálogo Social:** Estabelecer um diálogo permanente entre empregadores e trabalhadores (Entidades Patronais e de Trabalhadores), envolvendo os dois setores com a seguinte pauta de ações: a) Revitalizar a atuação das CIPAS; b) Ampliar o processo de negociação coletiva em SST nos dois setores; c) Reuniões com empresas estatais e privadas envolvidas no PAC, agências reguladoras e ministérios; d) estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo de redução de acidentes; e) Criar Grupos de Trabalho Setoriais (GTS) específicos nos setores da indústria da construção e transporte, mantendo interlocução permanente com as comissões existentes, como o CPN, e estimular a criação de grupos regionais onde haja maior sinistralidade, e f) Articulação com as demais entidades governamentais e privadas que possam colaborar na implementação do Plano de Ação. **2 - Regulamentação:** Aperfeiçoamento e ampliação da legislação para os dois setores, bem como introdução de Recomendações Técnicas de Procedimentos (RTPs), a exemplo da proposta da Fundacentro para a indústria da construção. Há necessidade de normas e procedimentos específicos para o setor transporte. **3 - Formação em SST:** Estabelecer processo de consulta tripartite nos GTS sobre: a) Aperfeiçoamento do conteúdo de SST de todos os cursos profissionalizantes relacionados aos dois setores; b) Adequação dos conteúdos dos cursos de CIPA nos dois setores; c) Capacitação para os pequenos empreendedores envolvendo o SEBRAE; d) Formação Profissional em SST nos setores em todos os cursos profissionais do MEC/Secretarias Estaduais e Municipais através de suas escolas técnicas e Resoluções do Conselho Nacional de Educação; e e) Aprimorar os conceitos mínimos de SST nos cursos de qualificação do Plano Nacional de Qualificação - PNQ do MTE.. **4 - Fiscalização e Vigilância em Saúde do Trabalhador:** Ação coordenada entre a Vigilância em Saúde do Trabalhador e a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, com pilotos de atuação a partir das regiões/locais de maior sinistralidade. **5 - Campanhas:** a) Campanha na mídia dirigida para este fim (TV, rádio, jornais, revistas especializadas), além do envolvimento das entidades sindicais e de empregadores (cartazes, folhetos, etc.), envolvendo os ministérios e agências reguladoras e ocupação de espaços de utilidade pública das próprias rádios e TVs; b) Campanhas específicas direcionadas para estatais e empresas envolvidas no PAC; e c) Utilização dos espaços públicos, para a divulgação de campanhas de SST, tanto nos Ministérios do Trabalho e Emprego (SRTEs), e rede do Sistema Público de Emprego, Ministério da Saúde (SUS - RENAST) e Agências da Previdência

65 Social/Fundacentro. **6 - Estudos e Pesquisas:** a) Estudos e pesquisas relevantes voltadas para a
66 redução de acidentes e melhoria das condições de trabalho nos dois setores discutida de forma
67 tripartite, além do aperfeiçoamento do NTEP; b) Desenvolvimento de programas de estudos e
68 pesquisas junto a Fundacentro e outras instituições; e c) Análise detalhada dos acidentes ocorridos
69 nos dois setores, priorizando os graves e fatais. **7 - Crédito especial e políticas de incentivos:**
70 Linhas de crédito especiais e outras políticas de benefícios, com controle social, para incentivar a
71 melhoria ambiental e de condições de trabalho nos setores econômicos envolvidos via FAT,
72 BNDES e Bancos Oficiais. **8 - Banco de Dados:** Aperfeiçoamento e integração das bases de dados
73 relacionadas aos dois setores. Finalizando a reunião foi acordada a data de 19 de janeiro, das 10 às
74 18hs, na Fundacentro, em São Paulo. Nada mais.